

Editorial

Nos últimos meses a *educação a distância* tem-se enunciado como um dos temas de grande destaque na mídia nacional. Quase todas as semanas encontram-se matérias com pretensão de análise sobre a relevância da implantação de projetos de educação de grande alcance, sempre com o argumento de que o País possui *déficit* de profissionais qualificados e, especialmente, que carece de professores nas distintas áreas de conhecimento. A idéia subjacente é a de que, com a educação feita na modalidade a distância, conseguir-se-ia ampliar a oferta de educação, de formação profissional, em menor tempo, com menor custo e ainda com maior eficiência.

A matéria publicada em jornal de 10 de setembro último apresenta resultados de um exame nacional, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade –, no qual os estudantes de cursos oferecidos a distância teriam demonstrado desempenho superior aos seus colegas matriculados em cursos presenciais¹.

Em sete das treze áreas onde essa comparação é possível, alunos da modalidade a distância se saíram melhor do que os demais. Quando a análise é feita levando em conta os alunos que ainda estão na fase inicial do curso – o Enade permite separar o desempenho de ingressantes e concluintes –, o quadro é ainda mais favorável ao ensino a distância: em nove das treze áreas o resultado foi melhor.

Sem estudos completos sobre os dados do Enade, tomando apenas este fragmento da matéria, já é possível questionar a conclusão anunciada no título – “Aluno à distância vai melhor no Enade. Em 7 de 13 áreas onde a comparação é possível no ensino superior, alunos de curso a distância superam demais estudantes” –, uma vez que se pode supor que tais alunos já tinham, ao ingressar

1. Folha de S.Paulo, Caderno C, p.1. São Paulo, 10 de setembro de 2007.

nos cursos a distância, desempenho superior aos colegas aos quais foram comparados.

Qualquer educador com mínimos conhecimentos de Sociologia da Educação reconhece a impossibilidade de avaliar estudantes apenas a partir do desempenho em exames de conhecimento, pois o desempenho escolar está, sabidamente, relacionado com o capital cultural e com a trajetória do estudante. Sem considerar essas variáveis, qualquer comparação torna-se duvidosa.

A matéria ressalta ainda o sucesso e a aceitação da modalidade a distância em vários países (sem citar nenhum) e a resistência a eles no espaço nacional. Essa idéia é desenvolvida em *box* assinado pela sucursal do Rio de Janeiro, que faz referência a uma recomendação do Conselho Municipal de Educação de São Paulo para que a Prefeitura não contrate professores formados por essa modalidade de ensino.

Este segundo ponto da matéria jornalística remete-nos à questão crucial, evidenciada nos primeiros movimentos com vistas à implantação da educação a distância no País. Os primeiros cursos de graduação oferecidos totalmente a distância foram desenhados e desenvolvidos com vistas à formação de professores; podem ser aqui citados os desenvolvidos nos estados de Mato Grosso, do Paraná, de Minas Gerais, de São Paulo, do Amazonas, entre outros.

Ora, essa política instala-se no momento em que o País ainda não conseguiu universalizar o Ensino Médio e a formação de professores continua sendo uma das questões mais polêmicas no campo da educação. Talvez fosse interessante lembrar a enorme quantidade de propostas e projetos de formação de professores, malogrados durante um século de educação nacional. Os melhores exemplos são, sem dúvida, os da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 com o objetivo de instalar um sistema integrado de educação pública, do Infantil ao Superior, tendo no centro do projeto a formação de professores e o investimento em pesquisa. Tal projeto reunia intelectuais do gabarito de Anísio Teixeira, Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto, Cecília Meireles, Heitor Villa Lobos, só para citar os mais célebres. A universidade foi fechada, pelo Ministro Capanema, menos de cinco anos após a sua instalação.

Esses mesmos intelectuais tiveram que aguardar vinte anos para constituir um novo projeto configurado no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, ligado ao INEP e fundado em 1955, naquele momento com o grupo de pioneiros da educação reforçado pela presença de Darcy Ribeiro e de técnicos da UNESCO.

Este segundo projeto, organizado através de Centros Regionais, constituía laboratórios de pesquisa e de formação de professores nos principais centros culturais do País. O objetivo maior era novamente a formação de professores e a universalização do Ensino Fundamental e Médio. Sua estrutura foi

desmantelada em 1964, com a instalação da ditadura militar, antes de cumprir uma década de atuação.

No âmbito estadual, vários projetos foram implantados e fechados, quando era consenso o seu bom funcionamento. Citamos apenas um exemplo de São Paulo a título de ilustração: o CEFAM – Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, um conjunto de escolas de formação de professores, que aliava o ensino e a pesquisa e funcionava em tempo integral. Suas avaliações mostravam o bom desempenho de seus alunos; entretanto, as escolas foram fechadas sob o pretexto de seus altos custos. A formação de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental passou para a responsabilidade de escolas de nível superior, organizada em um projeto questionado pelos educadores de todo o País – o Curso Normal Superior –, abraçado pelas universidades e faculdades privadas.

Poderíamos arrolar outros tantos exemplos, mas acreditamos que estes sejam suficientes para mostrar um pouco da lógica que rege a política de formação de professores.

Agora vale pensar por que o Conselho Municipal de Educação de São Paulo contra-indicou a contratação de professores formados em cursos feitos a distância. Se, por um lado, assistimos à interrupção de vários bons projetos iniciados ao longo de nossa história recente, também assistimos ao lançamento de campanhas e mobilizações para resolver os mais distintos problemas da educação nacional. Campanhas para acabar com o analfabetismo, para produzir material didático, para a construção de escolas e para a preparação de professores em cursos noturnos, em licenciaturas curtas, em programas de complementações pedagógicas, etc.

Diante desses fatos, fica muito difícil acreditar em cursos desenvolvidos totalmente a distância, ainda mais quando a maioria das instituições de ensino superior que oferecem cursos de licenciatura presenciais tem sido mal avaliada.

Nossa experiência recente nas universidades públicas do Estado de São Paulo tem mostrado o imenso leque de dificuldades que envolvem essa modalidade de ensino superior.

Começemos por examinar o primeiro pressuposto da educação a distância: é uma modalidade de ensino mais barata. Tal pressuposto foi totalmente negado no curso de especialização que realizamos para os gestores da rede estadual pública de educação de São Paulo. Tomando apenas o vetor pessoal, devemos dizer que mobilizamos 300 professores para oferecer o curso a 6.000 alunos, na modalidade semi-presencial. Ora, sem mais aritmética, encontramos aí a média de um professor para cada 20 alunos. Essa é a média com a qual se trabalha também nos cursos presenciais. Se somarmos os materiais e os equipamentos necessários, veremos que a modalidade não é mais econômica.

Também não se configura como uma modalidade de curso mais rápida, pois a preparação prévia detalhada é condição de sucesso nesse tipo de educação.

Entretanto, não queremos e nem podemos mais nos contrapor à educação mediada pela tecnologia de comunicação, pois isto seria um disparate, dado que nós mesmos somos hoje incapazes de realizar nossos estudos e pesquisas sem fazer uso dos ambientes virtuais. Ocorre que a elaboração de programas de educação a distância deve levar em conta as experiências nacionais e internacionais que indicam a necessidade de alguns cuidados, como: não fazer formação inicial totalmente a distância; considerar a necessidade de um aprendizado dos próprios professores para um trabalho que só pode ser desenvolvido em equipe. Talvez este último ponto seja a novidade que chega com a educação a distância. Ela não pode ser realizada senão em grupo. Tal foi também a nossa constatação na experiência que realizamos. O envolvimento simultâneo de grandes contingentes de alunos requer preparação minuciosa de conteúdos e formas de ensino e acompanhamento permanente das atividades realizadas, além da intervenção imediata diante dos problemas emergentes ao longo do curso.

Por fim, vemos com preocupação as pressões exercidas pelos órgãos públicos e pela imprensa no sentido de fazer acontecer programas de educação em massa, sem uma avaliação cuidadosa dos objetivos dessa educação e dos interesses políticos em jogo. Ampliar vagas no Ensino Superior sem uma política de acolhimento dos professores nas escolas do Ensino Fundamental e Médio e sem alterações nas condições de trabalho nessas escolas pode resultar em mais uma panacéia. A recomendação do Conselho Municipal de Educação de São Paulo merece atenção.

Um segundo tema tem ocupado espaço na mídia brasileira, e a Comissão Editorial da revista o aborda neste editorial: trata-se do retorno da repressão aos movimentos estudantis nas universidades. Assistimos, por mais de seis meses, às ocorrências em torno das manifestações de estudantes em favor da autonomia universitária, da liberdade e da democracia nas instituições de ensino superior, e o tratamento oficial oferecido foi desde o uso da força policial até sindicâncias e ameaças, postos a serviço da repressão à crítica, especialmente no âmbito do corpo discente das universidades. Referimo-nos aos episódios chamados de *ocupação*, ocorridos na USP, em maio; na UNICAMP, em junho/julho; e na Fundação Santo André — FSA —, em setembro de 2007. Independentemente de concordarmos ou não com as estratégias escolhidas pelos estudantes para chamar a atenção das autoridades acadêmicas e políticas, parece inquestionável, tendo em vista seu lugar social e seu papel na sociedade, que as universidades devam zelar pelo espaço de livre manifestação de idéias e preservar as formas mais amplas de negociação com todos os segmentos acadêmicos.

Neste número, com um dossiê organizado em torno da discussão do *aprender, conhecer, raciocinar, compreender, enunciar*, em que se ressalta o estudo da argumentação nas relações de ensino, a revista *Pro-Posições* cumpre a sua proposta de servir como veículo para fazer circular os temas e os resultados das pesquisas mais relevantes no campo da educação. Tal conjunto de estudos foi elaborado a partir de um laboratório construído em torno de uma sala de aula no processo de ensino de História. As preocupações com o conhecimento, com o ensino e com a aprendizagem configuram-se como motor de um grupo de pesquisa de larga inserção internacional, cuja produção vem de construir tradição na área. É importante destacar que o estudo da argumentação, neste dossiê, é realizado não como um problema da Filosofia, da Lógica, da Lingüística, ou do Discurso, mas sim como um problema da Psicologia, da educação e da aprendizagem. Ana Luiza Smolka, em sua apresentação, destaca o ponto de vista comum às autoras dos artigos que compõem o dossiê.

Todas consideram, de maneira mais – ou menos – explícita, a argumentação como atividade inscrita nas práticas cotidianas. Todas relacionam argumentação e construção de conhecimento, realizando um esforço de elaboração teórica para além de uma mera aplicação de conceitos a uma realidade empírica.

Compõem a seção aberta à publicação de artigos – livremente apresentados ao nosso periódico – textos de autores brasileiros e estrangeiros, cobrindo distintos aspectos da problemática em discussão no campo educacional. Desde a revisita a pensadores clássicos, como é o caso de Rousseau, por Wilson Alves de Paiva ou o “*Nuevo Sensorium*. Imágenes en Walter Benjamín”, do colombiano Luis Fernando Marin Ardila, passando pelos estudos sociológicos e filosóficos de Débora Mazza — “Atos cognitivos presentes na pesquisa e na prática em Educação Idéias-valor que cercam a formação do pesquisador-professor” — ou de Luciana Esmeralda Osteto — “Na jornada de formação: tocar o arquétipo do mestre-aprendiz” —, ou ainda textos propriamente de ciências da educação, como o de Sueli Helena de Camargo Palmen — “A constituição das creches nas universidades públicas estaduais paulistas e os direitos sociais da mulher e da criança pequena”.

Na seção “Diverso e Prosa”, a revista publica um manifesto dos professores da Faculdade de Filosofia de Rio Preto contra o projeto de Diretrizes e Bases, escrito por Wilson Cantoni e publicado originalmente no ano de 1960, ano de aprovação da Lei 4.024, a primeira LDB.

O manifesto destaca os recuos apresentados pela lei que passou a regulamentar a educação nacional, depois de 12 anos de debates e negociações no Congresso Nacional. Pontos importantes destacados no texto mantêm atualidade ainda hoje.

Diz o manifesto:

O projeto adia, de maneira indefinida, a solução do problema da formação profissional específica para o magistério, rebaixando as exigências mínimas, já de si insatisfatórias, da legislação em vigor.

[...]As soluções que apresenta (a Lei) configuram graves ameaças à unidade de formação da consciência nacional, especialmente quando a direção axiológica e a manipulação orçamentária da educação é entregue à iniciativa privada, o que acarretará, inevitavelmente, disputas doutrinárias e pulverização dos recursos do Estado.

A Comissão Editorial agradece ao professor Evaldo Amaro Vieira a indicação do Manifesto para a seção “Diverso e Prosa” e aos familiares de Wilson Cantoni a autorização de sua publicação.

Agueda Bernardete Bittencourt